

---

**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR JOSÉ ALVES VIANA DA 2ª**  
**CÂMARA DO TCE/MG**

**Representação nº. 1.135.369**

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA**, brasileiro, Prefeito Municipal de Pirapetinga, inscrito no CPF sob o nº. 680.687.867-91, portador do RG 061000576 IFP/RJ, com endereço na Rua Nair Rambaldi de Souza, nº. 353, Bairro João Batista de Souza, Pirapetinga/MG, vêm, respeitosamente, atendendo à citação nos autos da representação, apresentar sua **DEFESA**, o que faz pelas razões que passa a aduzir.

**I. DA REPRESENTAÇÃO**

O presente feito trata de discussão a respeito de eventuais irregularidades no estabelecimento de liame convenial entre o Município de Pirapetinga e a Associação Municipal Microrregião Médio Rio Pomba – AMERP, sem a realização de certame licitatório.

Cumprе ressaltar que a matéria já foi objeto de análise pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na própria Comarca de Pirapetinga, tendo o Município de Pirapetinga apresentado os esclarecimentos necessários.

**II. DA RELAÇÃO MUNICÍPIO E AMERP**

Com efeito foram celebrados dois convênios entre as partes, sendo:

---

---

Convênio 001/2021

*“...mútua cooperação das partes convenientes, comparecendo o município com apoio financeiro e a AMERP, com serviços técnicos de sua “Patrulha Motomecanizada” formada por motoniveladoras, retroescavadeiras, e tratores de esteira, na forma de execução de obras públicas do Município”*

Convênio 002/2021

*“conjugação de esforços entre as partes em caráter associativo, visando ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira do Município, através de ações conjuntas na elaboração e execução de planos, programas e projeto relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais, bem como o aperfeiçoamento das ações governamentais locais e microrregionais. Estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais, estudar, propor e executar medidas visando ao incremento das atividades da produção agropecuárias e industrial”*

A partir de simples leitura e análise dos objetos, constata-se da natureza cooperativa, iniciando pelo fato que a Associação (AMERP) não tem caráter comercial e muito menos lucrativo como se pode depreender do sítio eletrônico da AMERP:

---

## Quem Somos

Fundada em Julho de 1985, a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA – AMERP, é uma entidade sem fins lucrativos com sede em Muriaé e, em 2020, estará completando 35 anos de atividades, lutas e conquistas. Sua criação foi estimulada pela extinta Secretaria de Articulação do Estado e dos Municípios e, desde então, tem se firmado como corresponsável em grandes vitórias municipalistas.

Se é ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, vê-se logo que a AMERP pertence a cada um dos 17 municípios que compõem a microrregião. Eles perceberam que, quando dois ou mais municípios constituem sociedade, os benefícios são bem maiores, pois a comunhão de esforços torna possível alcançar resultados significativos que representam os interesses da região, devido as atitudes em prol da convergência de fins e realização comum.

A AMERP trabalha em favor dos municípios, não visa lucro e põe em prática a política de integração socioeconômica e cultural de seus associados. Quando foi criada, a proposta de cada cidade era garantir serviços e conquistas que, sozinha, nunca teria condições de realizar. Os donos da AMERP são os próprios municípios que, associados, passam a contar com uma estrutura administrativa bem aparelhada. Trata-se de um órgão estritamente técnico – e não político – que dá assistência ao município, independentemente do prefeito em exercício.



Para maior detalhamento, vejamos o que prevê o próprio Estatuto da AMERP:

## ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA

Em conformidade do que dispõe o Código Civil Brasileiro (novo), pelo presente instrumento fica alterado o Estatuto da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – AMERP, sendo que o Estatuto original teve sua aprovação em 06 de maio de 1985, quando da fundação da entidade, conforme consta do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Muriaé (MG), sob o no 437 do Livro A-3, fls 142/145, que doravante se regerá da seguinte forma:

### CAPÍTULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.

Art. 1º – A constituição da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba – AMERP, é com base no inciso II do artigo 166 e inciso III do artigo 181, da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único – A entidade se constitui sob a forma jurídica de Associação Civil, com duração indeterminada, regendo-se pelas normas da legislação pertinente, pelo Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos órgãos afins, bem como normas e princípios de direito público aplicáveis.

---

Destaca-se, com especial ênfase, os objetivos estatutários da AMERP, posto que essencial para o deslinde da análise:

## CAPÍTULO II

### DOS OBJETIVOS

**Art. 5º** – Visando a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõe e, respeitada a autonomia municipal, a Associação tem por finalidade:

A) ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira dos municípios, prestando-lhes assistência, devendo:

1- Estabelecer programas integrados de modernização administrativa dos Municípios associados, através do planejamento institucional e apoio aos Municípios na execução dos seus trabalhos de reorganização administrativa;

2- Estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos Municípios associados;

3- Assessorar e cooperar com as Câmaras de Vereadores dos Municípios Associados na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento das administrações municipais;

4- Estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais;

5- Estudar, propor e executar medidas visando ao incremento das atividades da produção agropecuária e industrial;

6- Defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da Microrregião;

7- Prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura, institucionais, notadamente educação, saúde pública, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio e turismo, abastecimento, transportes, comunicação, energia e segurança;

8- Promover nos Municípios associados, adoção de estímulos econômicos e de outra ordem, para industrialização da Microrregião, com aproveitamento de seus recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra disponível;

9- Incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transporte e comunicação na microrregião.

10- Elaborar um plano administrativo a partir dos planos municipais compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, visando a institucionalizar a continuidade administrativa nos municípios participantes, sobrepondo-a a temporariedade dos mandatos executivos;

11- Desenvolver outras atividades afins.

B) promover a cooperação intergovernamental intermunicipal e visando:

1- Institucionalizar o planejamento nos níveis municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente para a promoção do desenvolvimento;

2- Elaborar e implantar programas de desenvolvimento consoantes à política estadual e federal;

3- Conjugar recursos técnicos e financeiros da União, Estado e Municípios associados, mediante acordos, convênios ou contratos, para solução de problemas socioeconômicos comuns;

4- Elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da Microrregião que indiquem prioridades para atendimento pelos poderes públicos;

---

---

Como visto, o objeto das duas avenças conveniais celebradas (convênio 001 e 002) são absolutamente convergentes e em sintonia com as finalidades estatutárias da AMERP, ressaltando a natureza colaborativa, cooperativa e intuito associativo, sem a menor característica de intuito comercial, lucrativo, ratificando a celebração convenial para tanto.

### III. DA NATUREZA JURÍDICA CONVENIAL

A *priori*, vale trazer à colação, assertivas lançadas pela Il. Subscritora do relatório inicial, *in verbis*:

O fato é que há linha tênue quando se pretende definir a natureza jurídica do ajuste, retrocedendo a evolução do tema, o Decreto n. 93.872 de 1986, foi um ato legislativo, importante para dirimir a controvérsia, pois prescreveu no seu art. 48:

*Art. 48. Os serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades de administração federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares, poderão ser executados sob regime de mútua cooperação, mediante convênio, acordo ou ajuste. (Revogado pelo Decreto nº 6.170, de 2007)*

*§ 1º Quando os participantes tenham interesses diversos e opostos, isto é, quando se desejar, de um lado, o objeto do acordo ou ajuste, e de outro lado a contraprestação correspondente, ou seja, o preço, o acordo ou ajuste constitui contrato. (Renumerado pelo Decreto nº 97.916, de 1988)*

O fato é que há divergência doutrinária acerca da natureza jurídica dos convênios, mas um ponto é pacífico o ajuste celebrado entre as partes tem intuito cooperativo.

Não obstante eventuais celeumas jurídicas, sedimentadas na seara acadêmica, que por vezes incidem na prática do dia-a-dia, é certo que as duas relações em análise não se podem transmutar a lógica convenial, para a contratual ou pior, querer aplicar o entendimento que a “escolha do executor” se dê por procedimento licitatório!

Caso esse entendimento equivocado tome corpo e seja aplicado, resta ilegalmente “revogado o Art. 116 da Lei 8.666/93”!

A Lei n.º 8.666/93 disciplina o convênio em seu art. 116, prevendo que suas disposições se aplicam a esse, no que couber. Isso porque, apesar de a licitação ser afastada, outras disposições da Lei incidirão sobre o convênio, quando cabível.

---

---

#### **IV. DA DIFERENCIAÇÕES ENTRE CONVÊNIO E CONTRATO**

Como é do notório saber de V. Ex<sup>a</sup>., convênio é o ajuste celebrado entre órgãos da Administração Pública ou entre esses e entidades particulares, visando sempre à execução de um objeto de interesse de ambas as partes. Aliás, Hely Lopes Meirelles aduz que, no convênio, não há partes, mas unicamente partícipes com as mesmas pretensões.

Contrato, por outro lado, é considerado pela Lei n.º 8.666/93, em seu art. 2º, como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.

Portanto, no convênio, não se vislumbra a possibilidade de obtenção de vantagens por um dos partícipes, sendo lícito às partes apenas a persecução do objeto tido como de interesse para ambos. O alcance do objeto é assim o limite do interesse dos partícipes.

No contrato, contudo, como há o envolvimento de contraprestação, a obtenção de vantagens e benefícios é lícita, sendo, inclusive, da própria natureza do ajuste.

Do conceito acima traçado, sobressai a diferença conceitual jurídica de convênio e contrato, uma vez que o primeiro é considerado cooperação associativa, que tem como objeto à realização de interesses comuns entre os partícipes, normalmente incluídos entre as finalidades institucionais desse, e o segundo caracteriza-se por interesses opostos e diversos.

Tem-se, assim, que sempre que a operação envolver uma contraprestação, não necessariamente em espécie, podendo até resultar em um benefício, uma vantagem, estaremos diante de um contrato e não de um convênio.

Conclui-se, então, que sempre que a operação envolver interesses antagônicos, isto é, em que cada parte vise a um objetivo diverso, tratar-se-

---

---

á de contrato, independentemente da denominação utilizada. Já o convênio pressupõe um acordo de vantagens, a conjugação de esforços para o alcance de uma finalidade comum.

Ademais, no convênio admite-se a retirada dos partícipes a qualquer momento, mediante a simples denúncia. No contrato isso não é possível, pois há uma vinculação contratual, importando em obrigações e compromissos, que, se não cumpridos, implicarão consequências/aplicação de sanções.

Podem-se resumir, então, as principais diferenças entre convênio e contrato da seguinte forma:

- no convênio os interesses são comuns, enquanto no contrato são opostos;
- no convênio não há partes, mas partícipes, ao inverso do que ocorre no contrato;
- no convênio não há permanência obrigatória, podendo os partícipes a qualquer momento se retirar. Já no contrato há vinculação contratual, implicando o descumprimento do avençado em sanções.

## **V. DA EXIGÊNCIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO X CONVÊNIOS**

Os contratos exigem, via de regra, a realização de procedimentos licitatório prévio, consoante o que impõe o art. 2º da Lei n.º 8.666/93. Já os convênios, por envolverem mútua cooperação, prescindem de procedimento licitatório, visto que a competição, nessa situação, se torna inviável.

Aliás, o parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 8.666/93, ao definir contrato, menciona “acordo de vontades para a formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas”. Nota-se, pois que esse conceito não

---

---

alcança o convênio, já que neste inexistente a vinculação contratual e a fixação de obrigações recíprocas, como já enfatizado.

## **VI. DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A celebração do convênio exige, consoante consignado no §1º, do art. 116, da Lei nº 8.666/93, a elaboração e a aprovação de plano de trabalho, no qual, em síntese, constará o detalhamento do objeto pretendido. Os dados desse plano de trabalho é que darão suporte à elaboração do próprio termo de convênio, já que nele constarão, no mínimo:

- identificação do objeto a ser executado;
- metas a serem atingidas;
- etapas ou fases de execução;
- plano de aplicação dos recursos financeiros;
- cronograma de desembolso;
- previsão de início e fim da execução do objeto, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas;
- e, ainda, se o convênio envolver obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

Além desses dados, outros que forem necessários poderão ser inseridos. O essencial é que sejam claramente identificados o ajuste e as condições em que este será realizado.

É importante anotar aqui que, independentemente de o ajuste envolver ou não o repasse de recursos financeiros, a elaboração do plano de trabalho, ora analisado, se fará necessária, pois, como aduzido, ele é que identificará a pretensão dos partícipes.

---



---

## **VII. DO TERMO DE CONVÊNIO**

O convênio deverá conter, a exemplo do contrato (art. 55 da Lei n.º 8.666/93), cláusulas necessárias. Como mencionado no subitem anterior, o próprio plano de trabalho é que dará subsídios à elaboração deste termo.

Entre as cláusulas necessárias, podemos citar: objeto, valor e reajuste, se forem o caso; prazos de execução e de vigência; recursos orçamentários, obrigações e compromissos dos partícipes; fundamentação legal e denúncia ou extinção.

Os recursos do convênio serão repassados de acordo com o cronograma constante no plano de aplicação aprovado e deverão ser utilizados, juntamente com as receitas decorrentes de sua aplicação financeira, estritamente no desenvolvimento das atividades e objetivos previstos.

Por todas as características acima listadas conclui-se que o objeto da relação estabelecida entre o Município e a Associação não se enquadra em finalidade lícitável pelo liame e motivação da relação, eis que não se tem na AMERP finalidade comercial, nem lucrativa e muito menos está inserido em suas finalidades a prestação de serviços, (na lógica privada, comercial, concorrencial) a execução das atividades contempladas nos convênios 001 e 002.

## **VIII. CONVÊNIOS E A DESNECESSIDADE DE LICITAR**

Ratificando a desnecessidade de licitar, vale trazer à colação ensinamento de Marçal Justen Filho:

### ***4) O regime jurídico aplicável***

---

---

*O convênio é uma manifestação de natureza contratual. Por isso, os princípios basilares contidos na legislação sobre contratações administrativas deverão ser obrigatoriamente observados mesmo quando o vínculo se estabelecer entre órgãos estatais diversos, ainda quando não integrantes do Poder Executivo....*

#### **4.1) A questão da licitação**

**Mas isso não significa que haja obrigatoriedade de realizar licitação como pressuposto para a realização do convênio.** Quando o convênio é praticado entre pessoas integrantes da Administração Pública, existe uma conjugação de esforços e recursos estatais para o cumprimento de funções comuns.

**Mesmo quando algum particular participa do convênio, a licitação não se faz necessária porque as partes do convênio não visam a extrair algum benefício pessoal a partir da execução da avença. Logo,, a natureza não interessada e destituída de cunho egoístico conduz à possibilidade, teórica, de todos os possíveis interessados comprometerem seus esforços e recursos para a satisfação de necessidades administrativas.**”(g.n.) (JUSTEN FILHO, MARÇAL, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. p. 954.) **(g. n.)**

Portanto, resta comprovado a desnecessidade de se realizar procedimento licitatório, quando o objeto da relação se encerrar na lógica cooperativa, e, portanto, conveniente.

Com respeito ao entendimento esposado no relatório inicial, o mesmo não procede:

---

---

**A) CONTRATAÇÃO REALIZADA SEM A REALIZAÇÃO DO  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Observa-se da descrição dos objetos dos convênios, que são **objetos comuns** de prestação de serviços disponíveis no mercado, não há qualquer especificidade ou marca que permita concluir que se trata de um ajuste de cooperação entre entidades que comungam de interesse comum.

A conclusão é absolutamente impertinente, pelos sucintos motivos:

- A Lei nº. 8.666/93 jamais diferenciou a “qualidade” dos objetos em comum ou especial para que a partir daí se enquadre em licitar ou conveniar.
- Com absoluta certeza, todos os objetos dos convênios estão disponíveis no mercado e não é essa característica também que diferencia conveniar de contratar.
- Critério de especificidade ou marca nunca foi critério para convênio, mas sim para a inexigibilidade (Art. 25, *caput*, ou inciso I da Lei 8.666/93).

Logo, os “critérios elencados no relatório preliminar” são absolutamente impertinentes e decorrem de uma conclusão pessoal que nem a lei, e pelo que se sabe, nem os órgãos de controle jamais utilizaram para se estabelecer uma clara divisão entre conveniar e contratar, devendo, pois, ser afastada tal conclusão.

Questão a ser considerada, reside na própria economicidade. A prevalecer o entendimento apresentado no relatório que o Município deveria licitar, com absoluta certeza, sobre o objeto licitado haverá incidência de encargos, lucratividade e outros ônus, **legais e inerentes**, a qualquer empresa privada que queira manter relação com o Poder Público, onerando os custos da contratação.

O mesmo não se pode falar da relação convenial com a AMERP, eis que dada a sua condição de associação civil sem fins lucrativos, significativas parcelas incidentes numa planilha de custos, de uma empresa privada, não se fazem presentes, **o que gera absoluta economicidade para os cofres públicos**. E nunca dano ou prejuízo.

---

---

## IX. DO DANO AO ERÁRIO

No que concerne ao Convênio 001/2021, perfeita a análise do relatório quanto a ausência de dano.

Entretanto, em relação ao convênio 002/2021, discorda-se veementemente da afirmação:

O mesmo não se pode afirmar em relação ao Convênio n. 002/2012, pois o ajuste na cláusula décima terceira estipulou que o “convênio terá início em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021. Este instrumento poderá ser aditado conforme disposição da cláusula décima segunda.

A cláusula décima segunda estabelece:

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO

O convênio e o PLANO DE TRABALHO somente poderão ser aditados mediante justificativa detalhada e hábil a comprovar sua necessidade, desde que aceitas, mutuamente, pelos partícipes, dentro o prazo de vigência.

- I- É vedado o aditamento do convênio com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal, a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente PLANO DE TRABALHO, configurando mudança de objeto, mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa;
- II- Excepcionalmente, quando trata apenas de alteração da execução do convênio, como prazo de execução, cronograma de desembolso, dentre outros, admitir-se-á a entidade executora, propor reformulação do PLANO DE TRABALHO, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação do MUNICÍPIO.

Observa-se que a referida cláusula, ao tratar do custo, estabelece que excepcionalmente poderá haver aditamento em relação ao cronograma de desembolso, logo o aumento do custo do convênio é irregular e o valor do repasse que excede R\$138.000,00 é ilegal e caracteriza dano ao erário.

Portanto, o Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, Prefeito Municipal, deve ser responsabilizado pelo ressarcimento aos cofres públicos da quantia de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em razão do pagamento irregular de quantia não estipulada em “convênio”.

---

---

Respeitando a conclusão apresentada, com absoluta certeza não foi dedicada a atenção e principalmente, interpretação necessária e adequada a cláusula contratual.

Entendeu-se que a alteração somente poderia ocorrer em relação ao cronograma de desembolso, o que está incorreto, ou melhor dizendo incompleto. Nesta oportunidade transcreve-se na íntegra a Cláusula Décima Segunda, item II:

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO**

*O convênio e o PLANO DE TRABALHO somente poderão ser aditados...*

*I...*

*II Excepcionalmente, quando trata apenas de alteração de execução do contrato, como prazo de execução, cronograma de desembolso, **dentre outros**,(g.n.)*

Numa hermenêutica desejável e necessária, a terminologia retro transcrita jamais limitou os aditamentos só em relação a cronograma de desembolso! A bem da verdade, permitiu-se o aditamento quando se alterar a execução do convênio, sendo a interlocução **como** usada *lato sensu* e principalmente de forma exemplificativa, nunca taxativa. Assim, prazo de execução e cronograma de desembolso são 2 situações que poderiam permitir o aditamento, e por óbvio sem excluir outras hipótese e por esse motivo, se fez incluir o termo **dentre outros**,(g.n.)

Desnecessário tecer maiores esclarecimentos que se aplicando vários dispositivos da Lei 8.666/93, por força do Art. 116, sempre é possível a alteração dos convênios:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

---

---

**Seção III**  
**Da Alteração dos Contratos**

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

No caso específico do valor de acréscimo de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) não é nada mais nada menos do que a aplicação do Art. 65, §1º da Lei 8.666/93:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Por certo, o acréscimo permitido por lei tomando como base o valor do convênio (R\$ 138.000,00) no percentual de 25% poderia ser de até R\$ 34.500,00, o que demonstra que foi utilizado valor bem abaixo do limite máximo permitido.

## **X. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, resta demonstrado que as relações conveniais estabelecidas entre o Município de Pirapetinga e a AMERP, sob o liame dos convênios revestiram-se de legalidade, posto que encerram relações cooperativas, sem intuito lucrativo ou comercial, representando em economicidade para o erário pela não realização de licitação para os mesmos objetos.

Por fim, a Cláusula Décima Segunda, II do Convênio 002/21 permitia o aditamento do instrumento, incluindo o acréscimo quantitativo, o qual foi utilizado abaixo do seu limite total de 25% do valor atualizado do convênio.

Portanto, não se mostra pertinente a aplicação de penalidade ou multa quando não há ilegalidade nos convênios analisados, devendo a representação ser arquivada, o que, desde já, se requer.

Caso contrário, lança mão da produção de todos os meios de provas admitidos, requerendo, inclusive, que seja o MPMG – Comarca de

---

---

Pirapetinga oficiado a apresentar cópia dos autos que tratou da mesma temática.

Obedecidas as formalidades legais,

Pede e espera deferimento.

Pirapetinga, 04 de julho de 2023.

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA**

**VICTOR LUZ SILVEIRA SANTAGADA**  
**OAB/MG 145.361**